

# ações estatais para a diminuição da pobreza: um olhar sobre as mulheres

AUTORES: Luciana Ramirez da Cruz - graduação em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP

Contato: [luciana.ramirez84@gmail.com](mailto:luciana.ramirez84@gmail.com)

Lilia Montali - orientadora. Contato: [lilia@nepp.unicamp.br](mailto:lilia@nepp.unicamp.br)

UNIDADE: NEPP - NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS/UNICAMP

AGÊNCIA FINANCIADORA: CNPq

PALAVRAS-CHAVES: Feminização da Pobreza - Chefes de Família - Políticas Públicas - Gênero

## Introdução

Esse projeto de Iniciação Científica está relacionado à segunda etapa do projeto PQ financiado pelo CNPq que tem como título: Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo: família - trabalho sob a precarização do trabalho e as condições sociais - Anos 2000: efeitos da precarização do trabalho e da ampliação das políticas de transferência de renda sobre as famílias, com vigência de 2008 a 2011, coordenado por Lilia Montali.

Os objetivos gerais e específicos desse estudo visam pensar sobre as políticas públicas para a redução da pobreza através de programas de transferência de renda, tendo como foco do estudo as mulheres.

Como elemento norteador desse estudo utilizo a conceitualização de feminização da pobreza, conceito este ainda em debate, que no contexto brasileiro pode ser analisado através das mudanças de papéis dentro do núcleo familiar, da precarização nas relações de trabalho, em que a mulher tem diversas jornadas de trabalho (dentro e fora do lar), como também dos conceitos do Estado sobre a responsabilidade familiar designada às mulheres. A análise das desigualdades de gênero também está presente neste trabalho, sob o olhar, tanto da desigualdade no mercado de trabalho em relação às dificuldades de inserção e aos subempregos aos quais as mulheres se submetem, do conceito de empoderamento das mulheres, como também dos novos arranjos familiares que permitem à mulher ser responsável pela manutenção e gestão dos domicílios.

## Metodologia

Para o desenvolvimento desse projeto de Iniciação Científica realizei um levantamento bibliográfico e documental relativo aos temas do projeto tais como as transformações na família, no Brasil e na América Latina, e análises sobre as condições de vida e de pobreza. Neste projeto, ainda como procedimento metodológico, desenvolvi um estudo sobre os programas de transferência de renda, em específico o Bolsa Família e o PETI, no sentido de perceber quem são os responsáveis pelos programas e de que forma esses programas auxiliam, ou não, em transformações nos âmbitos sociais e econômicos.

Nos estudos de contextualização das políticas governamentais e sobre a implementação dos programas de transferência de renda, além da bibliografia especializada, realizei um levantamento de notícias sobre análises a partir da PNAD 2006 nos jornais on-line: Valor; Folha de São Paulo e jornal Estado de São Paulo, colhendo informações a respeito das modificações tanto no mercado de trabalho como do impacto dos programas de transferência de renda nas famílias pobres.

Por fim, esse projeto pretende realizar um processamento de informações da PNAD 2006 relativas aos domicílios chefiados por mulheres e seu acesso à políticas sociais de transferência de renda.

## Discussão

A mudança nas atividades econômicas a partir da inserção do Brasil no mercado global propiciou uma maior absorção do trabalho feminino. O processo da reestruturação produtiva, intensificado na década de 90, influenciou diretamente na modificação e transformação das relações de trabalho, assim como na mudança do papel da mulher tanto no mercado de trabalho como no âmbito domiciliar. O surgimento dos serviços de terceirização e de subcontratação de força de trabalho, advindos do fenômeno da reestruturação produtiva, levou a alterações no patamar do desemprego e uma crescente precarização do trabalho, assim como à queda do rendimento familiar *per capita* (Montali, 2006).

A inserção feminina no mercado de trabalho se deu nesse contexto de forte precarização das relações de trabalho e levou tanto a uma modificação de sua posição no próprio mercado de trabalho, como também dentro da unidade familiar. A mudança nas atividades econômicas propiciou a própria mudança no papel das mulheres na sociedade e nos padrões familiares de aceitação e valorização do trabalho feminino remunerado. Mesmo com essa mudança significativa da mulher em relação à sociedade, ela continuou - e continua - carregando atribuições familiares, sendo responsável por diversos afazeres no âmbito domiciliar, bem como submetida a condições salariais desiguais no mercado de trabalho (Montali, 2006). Os arranjos familiares sofrem modificações na forma de prover a unidade familiar, para garantir a sobrevivência, abrindo mais uma porta para as mulheres - principalmente as casadas - a se inserirem no mercado de trabalho. Com o aumento de domicílios chefiados por mulheres, e muitos deles estarem na faixa da pobreza, alguns estudos relacionam a pobreza com a mulher. Mas a pobreza, assim como atinge às mulheres chefes de família, atinge também outros arranjos familiares, ou seja, não pode ser tratado como um conceito fixo e fechado, pois vários outros fatores influenciam na pobreza, além de uma constatação do gênero. Marcelo Medeiros e Joana Costa nortearam-me nessa reflexão. Com sua proposta para a interpretação da feminização da pobreza:

O termo (feminização da pobreza) pode ser usado como significando o aumento na pobreza devido às desigualdades de gênero, ainda que nós preferimos chamar isso de feminização das causas da pobreza. (Medeiros e Costa, 2008)<sup>[1]</sup>

Propõem dessa forma que feminização deve ser interpretada como um processo, uma condição. O que se pode refletir é sobre o crescimento na diferença dos níveis de pobreza entre mulheres e homens, ou entre unidades familiares chefiadas por mulheres sozinhas, chefiadas por homens ou casal. A feminização da pobreza, em uma de suas possibilidades de definição conceitual, pode ser definida como o aumento de uma parte de mulheres chefes de famílias pobres, mas não necessariamente no aumento das mulheres individualmente como pobres. (Medeiros e Costa, 2008).

Partindo dessa contextualização, observo nos meus estudos a inserção do Estado como provedor do bem estar social, através da implementação de políticas sociais para o combate da pobreza. Os programas de transferência de renda, como política social, vêm assegurar para as famílias pobres uma renda fixa, proporcionando diversas melhorias no seu meio. A família se torna central e norteadora dessas políticas sociais. No caso do Bolsa-Família, por exemplo, a condição para o recebimento do auxílio é ter filhos e renda per capita entre 60 e 120 reais mensais. A maioria dos titulares do Programa Bolsa-Família é de mulheres (94% - IBASE) e a titularidade do cartão é concedida preferencialmente a elas, tanto em famílias nucleadas por casal, como por chefia feminina sem a presença de cônjuge. A mulher, assim como a família, se torna referência nos programas de transferência de renda, pois a idéia de que ela conhece melhor as necessidades da família, assim como realiza gastos mais direcionados à alimentação e aos filhos vêm reafirmar a mulher como mãe, cuidadora, responsável e voltada ao lar. O fato de elas serem a maioria como titulares do programa, possibilita que elas se tornem autônomas, além de se sentirem empoderadas em relação ao dinheiro, às decisões familiares e a própria vida.

## Algumas considerações

Esse projeto de iniciação científica está em andamento, entretanto destacamos algumas considerações iniciais. Uma delas é a importância dos programas sociais governamentais para o combate à pobreza. As diversas análises sobre pobreza e suas interfaces possibilitam pensá-la como um processo, que atinge tanto mulheres como homens.

Outra consideração inicial refere-se à questão dos papéis estabelecidos às mulheres. As transformações no mercado de trabalho e os processos de precarização das relações de trabalho, advindos na década de 90, tiveram implicações não só no mercado de trabalho, mas também nas estruturas familiares. A necessidade de garantir a sobrevivência da unidade familiar implica numa maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas as funções a ela atribuídas naturalmente não se romperam. As mulheres continuam a se desdobrar em vários empregos, e em sua maioria precários, tendo várias jornadas de trabalho, dentro e fora da unidade familiar. O questionamento que permeia meu estudo é até que ponto se rompe ou reafirma os estereótipos de gênero tendo a mulher como titular dos programas de transferência de renda. Até que ponto as políticas sociais governamentais propiciam para que a mulher passe a ter maior poder de decisão e ação sobre sua própria vida. Alguns relatos de beneficiárias afirmam que tais programas de transferência de renda têm propiciado às mulheres maior independência, mas as funções se acumulam no âmbito doméstico, com as responsabilidades dos filhos e com as atividades que envolvem o cumprimento das condicionalidades.

[1] Tradução realizada pela bolsista "The term can also be used to mean an increase in poverty due to gender inequalities, though we prefer to call this the *feminization of the causes of poverty*". (Medeiros, M. e Costa, J. What Do We mean by "Feminization of Poverty?", jul. 2008).

## Referências Bibliográficas:

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Documento síntese. Junho 2008.

MEDEIROS, M. e COSTA, J. "What Do We Mean by 'Feminization of Poverty'?" In: International Poverty Centre, n° 58, jul. 2008.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. In: Revista Brasileira de Estudos da População, v. 23, p. 223-245, 2006.